

XXIX Encontro Anual da ANPOCS

GT "Desenvolvimento, democracia, e instituições"

"Empresariado industrial e estratégias para o desenvolvimento: O IEDI no Governo Lula"

Leonardo Silva Andrada

O posicionamento do empresariado industrial brasileiro durante a eleição e o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, foi marcada por um consenso relativo. A preocupação com um projeto de estabilização econômica, que fosse viabilizada por um modelo de desenvolvimento via mercado, era o mínimo denominador comum. Controle inflacionário e estabilidade monetária, combinados com privatizações e cortes nos gastos públicos para garantir uma política fiscal austera, juntamente com as desregulações comerciais e trabalhistas, davam os contornos de um plano de governo que possibilitou a confluência de interesses empresariais variados, com a expectativa de que as reformas pró-mercado propiciassem o país para um novo ciclo de crescimento, em contraposição à década anterior.

Subjacente a essa opção estava a interpretação de que a recessão econômica e a estagnação do governo eram frutos dos excessos do estado desenvolvimentista, e das distorções econômicas que dele derivavam. Com seu discurso de posse, onde prometia “acabar com a Era Vargas”, o presidente Fernando Henrique simbolicamente confirmava o caminho apontado em seu programa de governo e veiculado por sua propaganda eleitoral. Tratava-se de dar um “choque de capitalismo” no país, para alcançar um patamar na economia internacional que fosse condizente com nossas potencialidades. O papel que o governo cumpriria nesse processo, seria o de reformador do Estado para remover entraves institucionais, remanescentes de períodos passados – e ultrapassados, segundo a interpretação adotada – para atrair o instável e volátil capital estrangeiro.

A incapacidade de solução dos problemas da economia brasileira era o efeito imediato de seu isolamento em relação à economia global, a partir do ponto de vista do partido eleito; seria impossível proceder alguma integração, sem os ajustes estruturais que tornassem nossa economia nacional compatível com os mecanismos da economia global. O governo eleito em 1994 tratou assim de formatar um programa que tornasse possível, no contexto brasileiro, a implementação das reformas e políticas de ajuste receitadas pelos organismos financeiros multilaterais. Nesse sentido, “tornar possível, no contexto brasileiro”, significa que o receituário disseminado por estes organismos como universal, estaria submetido a um processo de negociação política que fizesse algumas concessões a interesses locais, mas sempre mantendo a preocupação com o controle inflacionário e a estabilidade monetária.

A intransigência da equipe econômica na manutenção de uma política monetarista ortodoxa, gerou impactos econômicos negativos para o setor produtivo, e ao longo do segundo mandato (1999/2002) foi se degradando o consenso relativo característico do primeiro período. Os mecanismos adotados para garantia do objetivo maior – a estabilidade macroeconômica – inviabilizaram a retomada do ciclo de crescimento que se esperava. Câmbio artificialmente fixo (tardiamente abandonado), juros altos, corte de gastos em investimentos, (para garantia do superávit primário), constituíram um conjunto de medidas que atendiam à orientação monetarista, mas que tornaram-se obstáculos intransponíveis para o crescimento econômico, e redundaram em taxas médias próximas a zero. Esvaiu-se a expectativa inicial de que o modelo neoliberal representado pelo governo do PSDB e seus aliados, pudesse impulsionar o desenvolvimento brasileiro.

Paralelamente, o maior partido político da oposição gradativamente diminuía sua rejeição por consideráveis setores da sociedade. O Partido dos Trabalhadores, maior legenda da esquerda brasileira durante a Nova República, sempre teve como grande obstáculo a resistência de parcelas da classe média e a quase totalidade das elites, principalmente por sua associação com o ideário socialista. Por mais que se apresentasse como uma versão atualizada de social-democracia, a sigla não obteve êxito ao tentar desmistificar certos temores quanto a um provável governo oriundo das esquerdas no Brasil. Um sintoma dessa incapacidade foi seu desempenho eleitoral nas três eleições diretas para presidente, onde o partido manteve seus índices mais ou menos constantes, confinados ao eleitorado tradicionalmente ligado à esquerda.

Nas primeiras eleições diretas para presidência da República, após a ditadura militar, contrariando expectativas crescentes durante boa parte da campanha, o PT foi para o segundo turno mas acabou sendo derrotado. Com toda a organização partidária, a inserção sindical, a capacidade de mobilização dos movimentos sociais, e a figura de um líder carismático já conhecido na política nacional, a esquerda foi derrotada por um partido e um candidato inexpressivos no cenário político brasileiro. Inexpressivos, porém portadores de um discurso modernizante eficaz para contar com o apoio de setores da elite e catalisar a rejeição popular a um programa político marcadamente esquerdista.

Na disputa eleitoral seguinte, ficou marcada a opção por um projeto de corte neoliberal, representado pelo PSDB e seu candidato Fernando Henrique Cardoso,

imediatamente identificado com o sucesso do plano de estabilização implementado em seu período como Ministro da Fazenda. A derrota do PT foi ainda mais expressiva, e o candidato Cardoso se elegeu já no primeiro turno. Pode-se perceber no período posterior à derrota de 1994 o começo do processo de deslocamento de posição do programa do PT rumo ao centro¹.

O primeiro governo Cardoso, sustentado principalmente pela popularidade alcançada com a estabilidade do Plano Real, foi o período de implementação efetiva do projeto neoliberal no Brasil, apenas ensaiado no governo Collor de Mello. O governo garantiu o apoio de amplos setores da sociedade. Por um lado, o controle inflacionário e a paridade cambial aumentaram o poder de consumo das classes média e baixa. Por outro lado, as medidas de ajuste se adequavam às expectativas de modernização por parte das elites. Particularmente no que tange ao empresariado industrial, a estabilidade permitia o planejamento de investimentos, e as privatizações permitiam novas oportunidades de negócios. A abertura comercial foi tema de debates, mas apenas quanto à intensidade de sua realização, não quanto a seus fundamentos. A relativa resistência era reflexo dos efeitos “desindustrializantes” da experiência anterior, com Collor de Melo. Alguns setores sentindo-se mais vulneráveis, demandavam um cronograma mais bem planejado de abertura comercial²; mas de maneira geral, era vista como passo importante para a integração da economia brasileira no mercado global. Restava ainda a expectativa de que a reforma tributária desonerasse o investimento produtivo, e as reformas trabalhista e previdenciária flexibilizassem o mercado de trabalho, reduzindo os custos com mão-de-obra.

Nesse contexto, a posição petista ficou mais próxima das entidades sindicais e dos movimentos sociais. Apesar de já ter dado os primeiros passos em sua aproximação como centro do espectro político, visando principalmente o eleitorado de classe média, o PT ainda condenava as medidas de ajuste para a manutenção da estabilidade macroeconômica a qualquer custo, imediatamente associadas às prescrições das entidades multilaterais representativas do capital financeiro internacional.

¹ O tema da “caminhada rumo ao centro” do PT é controverso, inclusive no debate interno do partido. Tal discussão, no entanto, só indiretamente interessa a este trabalho. A demarcação utilizada aqui incorpora a interpretação de estudo baseado nos documentos do próprio partido (ALMEIDA, 2005).

² Esta orientação pode ser encontrada, por exemplo, nos documentos do IEDI onde são analisados os impactos da abertura comercial.

Utilizando tal orientação do PT como base, nas eleições seguintes a campanha do PSDB para a reeleição de Cardoso foi eficiente na associação do Partido dos Trabalhadores com a irresponsabilidade econômica, e o eleitorado manteve os índices de rejeição ao PT. Os números finais foram muito próximos da eleição anterior, e mais uma vez Fernando Henrique Cardoso foi eleito no primeiro turno.

O segundo governo Cardoso (1999/2002), no entanto, foi incapaz de manter os níveis de aprovação previamente alcançados. Em parte por razões internas, em parte por turbulências externas, o governo foi gradativamente perdendo apoio. Internamente os resultados do ajuste desgastaram a base de apoio popular, devido principalmente à queda do poder de consumo com o fim da paridade cambial, aumento de tarifas de serviços públicos privatizados e o desemprego crescente (com seus impactos na estrutura social) gerado pela estagnação econômica. A política econômica ortodoxa que entre outras restrições à produção, mantém elevada a taxa de juros, foi a principal razão do descontentamento entre setores empresariais. No plano externo, uma sucessão de crises financeiras tornou o instável capital financeiro internacional mais “cauteloso” quanto a investimentos em mercados classificados como emergentes, como o Brasil.

Neste cenário de insatisfação crescente, o PT optou por uma estratégia de ampliação de suas bases eleitorais, buscando dissociar sua imagem da anunciada “catástrofe econômica” que se seguiria a um eventual governo petista. A estabilidade macroeconômica e a responsabilidade fiscal foram incorporadas como valores universais, e foi reafirmado o respeito aos contratos estabelecidos – uma clara demonstração de não ter intenção de decretar a moratória a dívida externa, ou rever os processos de privatização, medidas anteriormente defendidas.

Para marcar sua diferença quanto ao projeto neoliberal, o Partido dos Trabalhadores apresentava um projeto de feições “desenvolvimentistas”. Estas feições, no entanto, não replicavam o protecionismo da fase de substituição de importações. Tratava-se de incentivar o crescimento econômico através da integração com os mercados externos, da estabilidade, e de uma política industrial ativa, orientada para a exportação. O crescimento, por sua vez, geraria os empregos necessários, que combinados às propostas de reestruturação das políticas sociais, deveriam atender aos interesses dos setores populares.

As propostas gerais de desenvolvimento receberiam sua substância, e ganhariam contornos mais nítidos, através da interlocução entre governo e setores envolvidos no processo produtivo, viabilizada por novos canais institucionais de comunicação entre Estado, capital e trabalho. O partido propunha o estabelecimento de um novo “Pacto Social”, que permitiria incorporar as propostas dos setores produtivos às políticas públicas.

A combinação entre estes elementos – manutenção da estabilidade macroeconômica, proposta de uma política industrial ativa, e disposição para a institucionalização de novos espaços para a representação de interesses – foi fundamental para mitigar as resistências quanto a um eventual governo petista, abrindo espaço para a obtenção de apoio em alguns setores empresariais. O Partido dos Trabalhadores, buscando estreitar sua aproximação com o empresariado, ao mesmo tempo que confirmava sua mudança de enfoque na condução da política econômica, indicou para o cargo de vice em sua chapa José Alencar, empresário da indústria têxtil, liderança do setor com expressão nacional e senador eleito pelo Partido Liberal de Minas Gerais.

O partido canalizou a insatisfação popular e a expectativa de mudanças, conseguindo apoio entre empresários que demandavam uma política voltada para o desenvolvimento. Um apoio que surgiu de forma cautelosa, dado o histórico de tensão entre o empresariado e o PT, principalmente através da maior central sindical do país, a CUT, tradicionalmente associada ao partido. Não obstante a tensão histórica, a campanha foi eficiente na apresentação de um PT “renovado”, “amadurecido” e “responsável”; a adesão dos empresários foi crescente.

Em sua quarta disputa eleitoral, em 2002, o candidato Luís Inácio Lula da Silva, do PT, foi eleito ao derrotar o candidato do PSDB no segundo turno, gerando expectativas variadas entre setores populares e empresariado. Para os propósitos deste trabalho, serão avaliadas as expectativas (e posteriormente, algumas avaliações) do empresariado industrial, discutidas em comparação com os modelos de desenvolvimento avaliados por bibliografia recente³.

Como representativa das expectativas dos industriais, será aqui analisada a postura do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, através de seus estudos e

³ Os modelos de desenvolvimento citados referem-se aos recentes trabalhos de Evans, Wade, Rodrick e Chang, cujo objeto de estudo são os países recentemente industrializados do leste asiático.

informativos. O IEDI não está sendo aqui identificado como representante da postura hegemônica do empresariado industrial brasileiro. A escolha deveu-se a seus posicionamentos quanto à política econômica, integração da economia brasileira ao mercado internacional, e papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, posicionamento este que é anterior à eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores. Mesmo durante o período de hegemonia quase incontestada do ideário neoliberal, o IEDI mantinha postura relativamente crítica quanto à abertura comercial sem regulamentação, à ortodoxia monetarista da política econômica, e demandava uma política industrial mais ativa por parte do governo. Algumas das primeiras lideranças empresariais expressivas a declarar publicamente apoio ao candidato do PT eram ligadas ao IEDI.

Expectativas do empresariado em relação ao novo governo

A interpretação sobre o esgotamento do modelo desenvolvimentista que fora adotado por governos anteriores, possibilitou o consenso em torno dos “ajustes estruturais”. Após uma década dedicada a estes ajustes, a incapacidade de retomada de um ciclo de crescimento deu margens à interpretação do esgotamento também do modelo neoliberal. Assim como a fase de substituição de importações, após seu término deixou como herança uma estrutura industrial diversificada que deveria ser mantida, o período de reformas pró-mercado deixou o legado da estabilidade macroeconômica como fundamento de uma economia que se pretende dinâmica. O empresariado em conjunto, passou a ver o descuido deste fundamento, mesmo que na busca de um caminho de desenvolvimento, como temerário; no entanto, era preciso ir além.

O entendimento de que a estabilidade era fundamental, mas não o suficiente, abriu a possibilidade de que o empresariado nutrisse algumas expectativas positivas em relação ao governo Lula, logo no seu início. Identificando a ortodoxia em termos de política econômica com o governo que acabara de chegar a termo, e assimilando o conteúdo programático do “PT renovado”, as expectativas podem ser sintetizadas em uma proposição geral: o novo governo assumiria uma postura mais ativa na promoção do desenvolvimento, mas as políticas adotadas não desprezariam a estabilidade alcançada. Para que as ações do

governo atendessem aos anseios do setor industrial, os empresários esperavam a efetivação das propostas de novos espaços institucionais de interlocução.

Um exame mais profundo das expectativas do empresariado quanto à atuação do governo, possibilita um entendimento mais claro de suas estratégias para o desenvolvimento brasileiro. As expectativas e estratégias que serão aqui analisadas se referem às publicações e estudos do IEDI, que não está sendo tomado como indicativo da postura hegemônica do empresariado brasileiro – o que certamente não é, embora recentemente seja possível encontrar grandes convergências com propostas de outras grandes entidades representativas do setor⁴. A opção é devida à posição que o instituto mantém no conjunto do empresariado industrial, principalmente no que se refere à atuação do Estado na promoção do desenvolvimento.

A avaliação das possibilidades de crescimento no período do governo Lula não se dá no vazio. O marco é o início do governo, mas os estudos têm como pano de fundo tanto o desempenho da economia brasileira ao longo do período anterior, quanto os últimos meses do governo Cardoso, particularmente durante a campanha eleitoral.

O duplo mandato de Fernando Henrique Cardoso não foi um período exatamente dinâmico da indústria brasileira; os processos de abertura comercial, desregulamentação e política econômica ortodoxa redundaram em um desempenho pífio. A combinação das medidas de ajuste, ao contrário do prometido ciclo virtuoso a partir da modernização, teve como resultado taxas médias de crescimento próximas a zero, desnacionalização de setores, falências. A alta vulnerabilidade externa do modelo adotado pelo governo Cardoso levou ao cenário ameaçador dos últimos meses de seu mandato. Com a vitória do PT praticamente tida como certa, os investidores internacionais não foram tão confiantes quanto parcelas do empresariado local no que se refere à “neutralização” do programa esquerdista do partido. A fuga de capitais e o aumento do índice do “risco-país” levaram à desvalorização cambial e pressões inflacionárias que ameaçavam levar a economia brasileira a um novo ciclo vicioso de recessão e inflação⁵.

⁴ A referência implícita é à CNI e à FIESP. Em questões como a proposta de política industrial apresentada pelo governo, o projeto das Parcerias Público-Privadas, e a proposta de ampliação do Conselho Monetário Nacional, são marcantes as semelhanças – muito mais do que algumas divergências pontuais.

⁵ CAMPELLO, 2005.

É diante desse panorama que vêm a público as primeiras projeções do IEDI sobre o novo governo, suas avaliações e perspectivas.

Nos primeiros documentos (informativos) o IEDI reafirma sua postura no conjunto do empresariado industrial brasileiro: nem são completamente avessos a toda forma de protecionismo, nem incorporam a defesa da estabilidade a qualquer custo – desde que as medidas tomadas sejam “responsáveis” e estejam voltadas para a promoção do desenvolvimento. Encontrando o caminho do crescimento, a economia brasileira poderia entrar em um ciclo virtuoso, e alcançar a estabilidade sem medidas restritivas, que estrangulam o setor produtivo.

Quanto ao papel do Estado, é interessante o contraste com a postura da CNI neste momento. A confederação entende que o fundamental é a promoção da competitividade, cabendo ao Estado tomar providências que favoreçam tal objetivo, como reformas tributária e trabalhista, financiamento de longo prazo, infraestrutura e políticas de inovação. Representa uma visão marcadamente liberal, de que o Estado deve “limpar o caminho” para que as forças de mercado atuem livremente. Em contrapartida, o IEDI admite que o Estado ocupa espaços que nunca serão adequadamente preenchidos pelo mercado, na definição de um programa de desenvolvimento. Inscreve-se nesse campo de visão, o forte apoio à elaboração e implementação das Parcerias Público-Privado. Pode-se perceber ainda nesse posicionamento, um viés desenvolvimentista que incorpora a interpretação de que os agentes de mercado atuando livremente, sem nenhum tipo de coordenação, não constituem um projeto ativo de desenvolvimento⁶. O governo deve então, a partir dessa interpretação, abrir canais de interlocução com os agentes da produção e dotar o Ministério da Indústria de mecanismos adequados para a implementação de uma política industrial ativa.

O que o Instituto entende por política industrial ativa (ou pró-ativa, como aparece em seus documentos) está bem definido no estudo “A Política de Desenvolvimento Industrial – O que é e o que representa para o Brasil”, de abril de 2002.

O conteúdo do estudo sumariza a interpretação adotada quanto aos rumos que a política de desenvolvimento deve adotar após os experimentos da década passada. Pode ser sintetizado como uma demanda por condições para elevar a competitividade da indústria brasileira, a exemplo da CNI; contudo, reserva espaço maior para a ação do Estado, que

⁶ WADE, 1990; EVANS, 2004; CHANG, 2004.

deve *incentivar* o aumento da produtividade, da agregação de valor e a inovação tecnológica.

Adotando a visão de que o comércio internacional é positivo, mas depende de condições adequadas para que assim o seja, as interpretações quanto aos impactos negativos das políticas neoliberais identifica na economia brasileira as raízes do problema. Os efeitos de “desindustrialização” percebidos na estrutura econômica brasileira foram resultados da incorporação precoce de um parque industrial sem condições de competir em um mercado global, em contato com as economias do capitalismo avançado. O papel que o IEDI credita ao Estado, na condução do desenvolvimento, é justamente viabilizar o almejado ganho de produtividade do parque industrial brasileiro, que a seu ver possibilitaria uma “integração competitiva”. Para efetivar esse intuito, além das “PPPs” (direcionadas inicialmente às áreas de inovação/pesquisa e desenvolvimento tecnológico, depois infraestrutura) e da criação de novos espaços institucionais de representação, ocupam lugar de destaque as propostas de desenvolvimento da empresa nacional, as políticas de tecnologia/inovação, instrumentos de controle do capital estrangeiro não-produtivo (e direcionamento do capital estrangeiro produtivo, segundo interesses nacionais) e a submissão dos acordos internacionais à autonomia de execução de projetos e políticas⁷. No que se refere ao comércio exterior, dedicam especial atenção à consolidação e fortalecimento do Mercosul, como pré-condição para formar a ALCA e integrar o novo bloco econômico em uma posição mais confortável.

Tais propostas aprofundam e desenvolvem idéias já enunciadas em documentos anteriores, particularmente nos estudos feitos para participar dos debates sobre a formação da ALCA. Nestes estudos já era manifesta a indisposição quanto à abertura comercial imediata e irrestrita, se encontravam propostas de uma política industrial (bem como a identificação dos setores mais problemáticos, alvos de uma eventual proteção seletiva), e a indicação de um “cronograma de abertura”, que respeitasse as fraquezas da economia brasileira. A combinação destes elementos elevaria a produtividade da indústria nacional, possibilitando a esperada “integração competitiva”⁸. O caminho a ser percorrido passaria necessariamente por políticas de inovação e uma orientação marcadamente exportadora.

⁷ DELGADO, 2003.

⁸ ANDRADA, 2002.

As expectativas do IEDI, portanto, derivam de suas interpretações quanto à política neoliberal, presentes nos diversos estudos que tem publicado. Foram essas mesmas interpretações que levaram à proposta de política industrial, em abril de 2002. agregando-se a estas propostas a confiança nas declarações do candidato eleito, pode-se resumir da seguinte forma, o que esperava o instituto, em relação à postura do novo governo: manutenção da estabilidade macroeconômica, como pré-condição para o desenvolvimento; mudança de postura quanto ao papel do Estado na promoção do desenvolvimento, passando a adotar políticas industriais ativas; abertura de canais institucionais de diálogo com o setor produtivo, de forma que o projeto de desenvolvimento corresponda à realidade nacional e atenda às demandas da sociedade – particularmente, do empresariado industrial.

Quanto à manutenção da estabilidade macroeconômica, o instituto se sustentava nas declarações do PT referentes aos contratos firmados (em referência aos processos de privatização e à dívida externa), à intenção de manter a estabilidade monetária e o controle inflacionário como fundamentos (a indicação de Henrique Meirelles, um ex-presidente do Bank Boston, para o cargo de presidente do Banco Central, foi tomada como um sinal de reafirmação dessa postura “responsável”), e à incorporação dos princípios de austeridade e responsabilidade fiscal, como forma de controle do déficit público.

A esperança de uma política industrial ativa era fundada na proposta de política industrial apresentada pelo governo, que identificava setores estratégicos como alvo de políticas específicas, e visava o aumento das exportações, identificando o mecanismo das “PPPs” como forma de desenvolvimento de tecnologia/ inovação e de aperfeiçoamento da infraestrutura, cujas restrições obstruem o crescimento industrial.

Por fim, as expectativas quanto à possibilidade de ocupação de canais institucionais efetivos de interlocução estavam vinculadas diretamente à proposta do governo de criar um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, além das constantes alusões que o presidente eleito fazia à necessidade de diálogo e negociação, na definição dos rumos que o país deveria seguir para se desenvolver.

De maneira geral, as expectativas de desenvolvimento nutridas pelo IEDI, diretamente ligadas a suas propostas de política industrial, podem ser entendidas como um novo modelo de desenvolvimentismo que vem sendo elaborado, que tem como referência principalmente a experiência dos países recentemente industrializados do leste asiático. É

por isso importante uma discussão acerca da bibliografia atualmente voltada para a análise destes modelos implementados, para que fique claro que não se trata de simples reedição do antigo desenvolvimentismo de períodos pregressos.

O “novo desenvolvimentismo” da política industrial

O “novo desenvolvimentismo” identificável nas propostas de política industrial do IEDI, que tem como modelo mais próximo a experiência recente de países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, não busca reimplementar o desenvolvimentismo característico de alguns países da América Latina, principalmente entre as décadas de 50 e 80. O primeiro ponto de distanciamento, perceptível sem necessidade de estudos profundos, é a diferença de orientação no que se refere à oposição mercado interno/mercado externo.

O modelo antigo em grande medida partia de interpretações quanto à estrutura econômica dos países periféricos (àquela época, classificados como subdesenvolvidos), que creditava à formação colonial dessas economias as razões de seu subdesenvolvimento. Partindo do princípio que a estrutura econômica colonial era fundamentalmente exportadora, os subdesenvolvidos careciam de um mercado interno diversificado que pudesse gerar algum tipo de dinamismo. Seria função de políticas desenvolvimentistas, portanto, dar especial atenção ao fortalecimento do mercado interno.

O modelo que atualmente se busca delinear, tomando como inspiração os países asiáticos já listados, dá maior importância à orientação exportadora, deixando de lado as preocupações quanto à diversificação do mercado interno e apontando como estratégia para essa orientação exportadora, o apego às “vantagens comparativas” que cada economia apresenta no mercado internacional.

Chang focaliza o exemplo da Coreia do Sul para contradizer o argumento a respeito das vantagens comparativas e sua conveniência para o desenvolvimento de economias periféricas. Diz o autor que no primeiro ciclo desenvolvimentista sul-coreano, quando o governo estabeleceu metas de produção no ramo da indústria pesada e optou pela implementação de uma indústria naval local, os críticos apontaram a inconsistência de um projeto desse porte em um setor onde a economia não apresentava nenhuma vantagem comparativa. Tendo atingido seus objetivos, a indústria naval desenvolvida a partir dessa

opção política resultou posteriormente na formação de um dos maiores *chaebols* da Coreia do Sul⁹.

Mas as principais e mais profundas diferenças entre o antigo e o novo desenvolvimentismo não estão nesse campo. Na verdade, sua única semelhança é proporem um modelo de interconexão entre poder público, capital nacional e capital transnacional, com ativa orientação política, na persecução de metas de desenvolvimento. À medida que se passa da forma universal para o exame concreto das políticas e formatos institucionais sugeridos, a distância entre antigo e novo desenvolvimentismos vai aumentando.

Um elemento constante nas análises atuais, que buscam fundamentar a opção política por uma ação efetiva em busca do desenvolvimento, é a tentativa de “desmistificar” o discurso e as políticas neoliberais, a partir das distâncias marcantes entre o que propõe o receituário neoliberal e a prática dos países hoje desenvolvidos, bem como da avaliação dos efeitos das “medidas de ajuste” nos países onde foram implementadas. A conclusão é que há uma enorme discrepância.

Dani Rodrick, por exemplo, se preocupa com os contornos gerais de uma estratégia bem sucedida. Sua interpretação se pauta na identificação de uma pretensa fórmula universal receitada pelas entidades financeiras multilaterais, com base em pressupostos neoclássicos. Sua análise é de que os resultados de uma tentativa de fazer crescer todas as economias, por mais discrepantes que sejam, a partir de uma mesma receita neoclássica, só pode ser catastrófica. Segundo suas conclusões, é possível respeitar os “princípios da economia de mercado” sem precisar aderir incondicionalmente às diretrizes do Consenso de Washington¹⁰.

A comparação que faz entre o Leste Asiático e a América Latina o leva a concluir que o melhor caminho para o desenvolvimento, no último quartel do século vinte, foi “desobedecer” às instruções do Consenso. O primeiro grupo apresenta os mais excepcionais índices de desenvolvimento entre os países emergentes no período; o segundo, permaneceu

⁹ O *chaebol* em questão é a Hyundai, que também tem grande participação no mercado automobilístico internacional. Seguindo seu argumento histórico, onde faz constantes comparações entre o estágio atual dos países em desenvolvimento, e estágios passados dos países desenvolvidos, Chang apresenta o caso norte-americano, onde as primeiras iniciativas governamentais para impulsionar a industrialização enfrentaram as mesmas críticas baseadas no argumento das “vantagens comparativas”. O caso coreano também é avaliado em EVANS, 2004.

¹⁰ Estes princípios seriam: proteção dos direitos de propriedade, garantia dos contratos, competição através do mercado, incentivos adequados, moeda estável, dívida sustentável. RODRICK, 2004.

estagnado. Reforçando sua percepção crítica quanto à eficiência das políticas neoliberais para a promoção do desenvolvimento, o autor compara as metas estabelecidas (incentivos de mercado, direitos de propriedade e estabilidade macroeconômica) com o caminho receitado para obtê-las. Pautando-se no exemplo da China, cujos índices de crescimento nos últimos anos têm impressionado os especialistas, Rodrick condena mais uma vez as propostas hegemônicas, apontando a viabilidade de se atingir os objetivos propostos através de vias “heterodoxas”, pra dizer o mínimo. No que se refere ao papel e à importância do comércio exterior, o argumento do autor é bastante próximo à postura defendida pelo IEDI: é de grande importância para o crescimento econômico, mas só pode ser uma medida positiva dentro de condições específicas.

Para desenvolver seu argumento a respeito do “mercado governado”, Robert Wade também parte de uma crítica dos pressupostos neoliberais. Seu trabalho comparativo entre Coreia do Sul, Hong Kong e Taiwan é mobilizado para se contrapor ao que ele identificava como um “consenso” na interpretação do caminho seguido por estes países: o instrumental da teoria econômica neoclássica. Segundo tal “consenso”, o desenvolvimento de Taiwan resultava da combinação de premissas neoclássicas – livre comércio para exportações e redução do protecionismo, mercado de trabalho livre, altas taxas de investimento e política orçamentária conservadora. Sem desconsiderar esse argumento, Wade complementa dizendo que ao mesmo tempo, desde a implementação deste “pacote”, o papel do governo só tem aumentado. Tendo evidências favoráveis aos dois lados, Robert Wade conclui que é importante verificar quanto de liberalização econômica ocorreu de fato, e quão importante foi para o resultado obtido. Conclui que o governo alterou a “estrutura social” do investimento, direcionando-o para a indústria; para evitar que não industriais acumulassem riqueza e poder político, o governo ajudou a formar uma classe capitalista industrial, assegurando seu predomínio sobre os agrários, burocratas e financistas. Descarta o tradicional argumento liberal, de que o crescimento ocorreu “apesar do governo”, apontando a importância das políticas setoriais empregadas.

Na mesma análise, a interpretação do caso coreano é ainda mais evidente da discrepância entre crescimento e políticas neoliberais. Na Coreia do sul, o governo remodelou o investimento através de reforma agrária, bancos estatais, estabilidade macroeconômica, regulou a exposição da economia doméstica à pressão externa, restringiu

a ação do investimento externo, impulsionou exportações agressivamente, exerceu liderança em setores industriais selecionados.

Com um *background* histórico mais bem elaborado, o coreano Ha-Joon Chang busca sustentar sua argumentação de que os países desenvolvidos, ao receitar as políticas neoliberais, estão deliberadamente “chutando a escada”, bloqueando os caminhos para os “emergentes”. Com isso ele pretende demonstrar, através de uma análise institucional comparativa, como o caminho trilhado por países que hoje são economias capitalistas desenvolvidas, destoa por completo do caminho indicado para os atuais países em desenvolvimento – e que ainda mais grave, seguindo este caminho os que são hoje “emergentes” nunca irão alcançar posição mais cômoda no comércio internacional.

O argumento, em grande medida, não é novo. Décadas atrás, Karl Polanyi se valia de procedimento parecido para questionar o quão liberal havia sido o desenvolvimento da Inglaterra para chegar à posição que ocupava àquela altura, e como seu processo de desenvolvimento industrial e chegada ao centro do sistema econômico internacional, era completamente distinto de suas pregações a favor do *laissez-faire*. O grande mérito de seu texto é proceder uma espécie de “atualização” do argumento; além de estender o alcance da comparação para uma gama de países atualmente desenvolvidos, Chang avança no tempo, e trás a comparação para o momento presente, em que os organismos financeiros multilaterais pressionam por uma nova modalidade de *laissez-faire*.

O fato mais significativo no trabalho de Chang, contudo, não está nessa “atualização” do argumento de Polanyi, pois outros autores têm se dedicado a tarefas parecidas. Desde a década de 70, quando começa a ter força política o conjunto de medidas neoliberais, um grande número de autores, de inspiração desenvolvimentista, keynesiana, socialista, ou variações e subtipos dessas escolas, têm apontado a inviabilidade de se desenvolver as economias nacionais a partir das teorias monetaristas ortodoxas. O aspecto realmente significativo com relação a estas críticas, é a sua origem – o fato de partirem dos “rebeldes internos”¹¹. O fato de críticas tão duras à ortodoxia partirem de ex-agentes das entidades internacionais responsáveis por pressionar por sua adoção, pode ser indicativo de alguma mudança nas estratégias, mesmo nos centros hegemônicos do poder internacional.

¹¹ A expressão é utilizada por Chang para se referir ao ex-economista chefe do Banco Mundial Joseph Stiglitz; é o título de um livro que reúne palestras de Stiglitz, organizado por Chang, que foi consultor do BM.

Para além da identificação dos efeitos negativos da política neoliberal, os trabalhos destes autores apontam algumas propostas alternativas de arcabouço institucional e respectivas políticas de desenvolvimento – em grande medida, influenciadas por suas interpretações dos casos virtuosos de “desvio” da ortodoxia, nomeadamente os países do Leste Asiático.

Rodrick apresenta o argumento sob a forma de “boas instituições”, que contribuiriam para o desenvolvimento de economias emergentes. Em primeiro lugar, o autor estabelece a inconveniência de se “importar” fórmulas universais, em detrimento do conhecimento local, como é o caso dos países que assumem as propostas das entidades financeiras multilaterais, e perdem sua soberania na definição de políticas econômicas e estratégias para o desenvolvimento. Ressalta que nem sempre (na verdade, quase nunca) as fórmulas importadas se adaptam às condições locais. É assim que estabelece a democracia e as políticas participativas como “meta-instituições” fundamentais, com maior receptividade à incorporação de conhecimento local, ao agregar participação, negociação e compromisso. Tal proposta pode parecer um tanto radical para ser vista como correspondente das demandas do empresariado brasileiro por mais espaços institucionais de representação de interesses; mas não deixa de partir do mesmo princípio: a busca de maior independência local na definição de projetos e políticas, com a participação ativa dos setores envolvidos para que suas demandas sejam levadas em conta.

Em seu entendimento de política democrática participativa, tal formato garante taxas de crescimento de longo prazo mais previsíveis, maior estabilidade a curto prazo, são mais aptas a manipular choques externos e propiciam melhores resultados distributivos. É um formato que o autor define como responsável por um crescimento de maior qualidade.

Robert Wade não se entusiasma tanto com o papel da democracia na promoção do desenvolvimento. Em sua análise comparativa, são regimes relativamente autoritários, em conjunto com modelos corporativistas de relacionamento Estado x sociedade, os que apresentaram melhores resultados. Os casos que o levam a tal conclusão, são os desempenhos apresentados por Coreia do Sul e Taiwan. Em ambos, circunstâncias históricas e a conjuntura internacional favoreceram a formatação de um governo forte, com alto grau de autonomia, capaz de estabelecer projetos e políticas a serem executados, a interferência controlada de setores sociais de elite, através de um modelo corporativista

autoritário, deu os contornos dos projetos de desenvolvimento estabelecidos pelos respectivos governos.

Tomando os valores democráticos como princípios positivos, a favor da análise de Wade estão suas conclusões a respeito do desenvolvimento nesses casos. O autor percebe que os impactos sociais deste tipo de pacto político, que exclui os trabalhadores e demais setores populares da negociação, não resulta naquilo que Rodrick chamou de “crescimento de qualidade”. Os impactos seriam, basicamente, desemprego, diminuição da renda média do trabalhador, redução de redes de proteção social.

Chang, por seu turno, não dá muitos passos além do que já foi dito. Quanto ao formato institucional e às políticas adequadas, o autor também menciona a inadequação das instituições e políticas consideradas “boas”, a partir do ponto de vista ortodoxo. Nesse sentido, volta a sua análise institucional dos países desenvolvidos e se aproxima de Rodrick e Wade, ao comparar o fracasso dos países que seguiram o modelo do Consenso – agregando ainda sua visão de como os países desenvolvidos passaram por caminhos absolutamente distintos de desenvolvimento institucional. Nesse ponto, a partir de uma certa escala, Chang conclui que mesmo com a enorme pressão que sofrem, e os efeitos adversos resultantes, os países em desenvolvimento, tão duramente criticados por não adotarem as “boas instituições” estão em estágio de desenvolvimento institucional mais avançado do que estavam os países desenvolvidos, quando apresentavam o mesmo nível de desenvolvimento econômico.

A análise de Peter Evans, ao tratar as políticas de tecnologia na Índia, Brasil e Coréia do Sul, oferece um tratamento teórico instigante do problema institucional relativo às políticas de desenvolvimento. Suas avaliações das diferenças entre Estados desenvolvimentistas, predatórios e intermediários, fornecem boas indicações quanto aos problemas que governo e empresariado industrial brasileiros enfrentam para implementar as políticas de desenvolvimento.

Em primeiro lugar, aparecem suas análises quanto à estrutura interna do Estado e as relações que estabelece com os grupos sociais. Aí está a base de todo seu argumento, pois Evans entende que é a adequada mistura entre autonomia do Estado e parceria com os setores sociais que propiciará as condições para o desenvolvimento e a implementação de políticas que favoreçam o desenvolvimento. O equilíbrio entre estes dois pólos leva ao que

ele chama de “autonomia inserida”¹², e condiciona o segundo ponto levantado: as formas como se dá o envolvimento do Estado, que pode ser preponderante, como no caso do “demiurgo”, ou parceiro, no caso do “parteiro”.

Intimamente ligado ao aspecto inicial, está também a questão da burocracia, as bases em que se assenta o recrutamento e a carreira profissional do burocrata. Evans, assim como os demais autores aqui discutidos, não acredita que o novo contexto econômico prescindia da atuação do Estado na promoção do desenvolvimento. Porém, o envolvimento não necessariamente dá resultados positivos, como atestam os Estados classificados como “predatórios” (o Zaire do regime de Mobutu é o caso emblemático). Fundamental para um envolvimento virtuoso do Estado nos projetos de desenvolvimento é o tipo de burocracia que atua nestes Estados. Quanto mais próxima do tipo ideal weberiano de burocracia, mais provavelmente favorecerão o desempenho virtuoso do Estado a que estão ligadas. Este ponto coloca mais um problema para os anseios de um projeto brasileiro de desenvolvimento. Como o próprio autor apresenta em seu estudo, a burocracia brasileira não é exatamente uma boa imagem de burocracia meritocraticamente recrutada, não se verificando os incentivos de planos de carreira que possibilitem ao Estado a incorporação dos melhores quadros técnicos.

Quanto às políticas e instituições adequadas a um projeto de desenvolvimento, o quadro brasileiro é igualmente negativo. Sua análise quanto ao período de implementação de políticas de reserva de mercado para a área tecnológica, apontam que o formato adotado no Brasil, devido aos fatores acima listados, teve resultados no mínimo insatisfatórios. Agregando a este quadro prévio, os efeitos da adoção das reformas de ajuste ao longo da década de 90, o formato institucional e as políticas que vigoram hoje no Brasil são extremamente refratárias a iniciativas desenvolvimentistas.

As conclusões de Evans vão no sentido contrário das expectativas do empresariado brasileiro quanto às possibilidades de adoção de uma postura mais ativa do governo no que se refere a projetos de desenvolvimento – mas os caminhos não estão completamente fechados.

No caso do ciclo virtuoso sul-coreano, a atuação do Estado desenvolvimentista fortaleceu novos atores, que uma vez em cena, apresentaram novos desafios para este

¹² EVANS, 2004.

Estado, em uma dinâmica que ameaça o padrão de relacionamento Estado x sociedade que viabilizou o sucesso do desenvolvimentismo.

A vulnerabilidade do Estado a ataques que ameaçam seus projetos, vem da estreiteza dos laços sociais que estabelece. Como verificado no caso bem sucedido da Coreia do Sul, a transformação industrial torna o capitalismo menos dependente da atuação direta do Estado, abrindo um leque de alianças alternativas, reforçando a tese de que a aliança com um único grupo (ou classe) social pode ser problemática. É preciso, portanto, repensar a questão da “autonomia inserida”, ampliando os grupos e classes sociais envolvidos para obter arranjos políticos mais estáveis, com versões mais maleáveis de autonomia e parceria, capazes de incorporar os interesses de setores sociais mais amplos.

Desempenho do Governo Lula: avaliações do empresariado brasileiro

Apesar da expectativa inicial, os ânimos do empresariado industrial brasileiro quanto às possibilidades de retomada de um projeto de desenvolvimento foram arrefecendo. A incapacidade do governo de se desvencilhar das amarras impostas por uma política econômica voltada para a estabilidade macroeconômica, foram aos poucos cristalizando a imagem de que o governo não faria grandes mudanças em relação ao período anterior.

Nas análises pontuais, o IEDI reconhece as iniciativas do governo com o intuito de assumir uma postura mais ativa. Embora percebam como positivas algumas das medidas tomadas, consideram que são insuficientes, e continuam creditando à política monetária de juros altos os obstáculos ao crescimento econômico brasileiro.

A área de políticas voltadas para tecnologia/ inovação, é um exemplo claro dessa postura. Vista como uma das áreas prioritárias para o projeto de desenvolvimento, identificam no mecanismo das Parcerias Público-Privado uma boa alternativa à falta de investimentos no setor; mesmo considerando positiva a iniciativa do governo nesse sentido, consideram aquém das expectativas, demandando maiores recursos e regulamentação mais bem definida.

O comércio exterior, outra área de destaque nos projetos do IEDI, devido a sua orientação exportadora, é outra grande indicação de como o setor vê de forma positiva, porém insuficiente, a atuação do governo Lula. Apesar dos incentivos recebidos para a

exportação, o setor credita à ortodoxia monetarista os entraves ao avanço da participação brasileira no montante total de exportações no comércio internacional, devido à valorização do real frente ao dólar.

A avaliação da política industrial apresentada pelo governo segue a mesma tendência. Partindo de uma crítica ao “não-modelo” do período do governo Cardoso, receberam a proposta de uma política setorial de forma bastante positiva. A receptividade, contudo, não descartou críticas quanto à insuficiência das medidas até então adotadas – mais uma vez, observando como o apego inabalável à estabilidade impõe barreiras à implementação de projetos mais ousados.

A questão da carga tributária marca as principais diferenças do empresariado com o governo Lula. Alvo de tradicionais críticas do setor, os empresários consideram que longe de ter ocorrido a prometida redução na carga tributária que desoneraria o investimento, o que se deu foi efetivamente um aumento, que em sua visão “penaliza o investimento produtivo”¹³.

A crítica mais pesada ao governo se concentra na política monetária, intimamente ligada à obtenção de crédito. Identificam no Governo Lula uma desnecessária continuidade com a condução da política econômica do governo Cardoso. Tal orientação, fundada em preocupações essencialmente monetaristas, mantém elevada a taxa de juros, o que encarece o crédito e inviabiliza novos investimentos. Em suas declarações, o IEDI identifica o direcionamento da política monetária com a hegemonia dos interesses ligados ao capital financeiro, cujos representantes teriam posição privilegiada nas instâncias de definição de suas diretrizes. Esse é um ponto de ligação com a outra grande fonte de discordância entre os industriais e o governo: a ausência de espaços institucionais de representação efetiva de interesses.

O empresariado industrial brasileiro tem uma longa história de demandas por aumento de sua participação na definição de política econômica¹⁴. Como foi apontado no início, o setor nutria boas expectativas com relação à ampliação de seu espaço no início do governo Lula. Suas expectativas, no entanto, não se concretizaram. O órgão criado para realizar a agregação de interesses, que teria caráter consultivo (o Conselho de

¹³ Carta IEDI 123, outubro/2004

¹⁴ BOSCHI, 1979; VIANNA, 1982; CODATO, 1998.

Desenvolvimento Econômico Social), tem o empresariado como setor mais bem representado em sua estrutura; contudo, é visto como inoperante. Percebendo o novo canal criado como ineficiente para expressar seus interesses, o setor optou por uma estratégia de demanda por ocupação de espaços já existentes na estrutura oficial. É o caso, por exemplo, de sua proposta de ampliação do Conselho Monetário Nacional, baseada em estudo divulgado por algumas entidades¹⁵. Este trabalho aponta a hegemonia dos interesses financeiros no Conselho, ocupado apenas pelos representantes do Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Banco Central. O empresariado incorpora os pontos levantados no trabalho, e propõe a ampliação do conselho de forma que setores ligados à produção tenham como representar seus interesses na definição de metas de inflação e taxas de juros que possibilitem seu alcance.

Conclusões

Os modelos discutidos, e as propostas do empresariado que foram analisadas, baseiam-se em uma opção política voltada para interesses produtivos, em oposição à hegemonia do capital financeiro que se estabelece com a implementação das políticas neoliberais. A discussão que a literatura atualmente apresenta, buscou avaliar os impactos das “medidas de ajuste” nos países em desenvolvimento, quanto aos índices de crescimento e estrutura industrial.

Em todos os casos avaliados, os países “em desenvolvimento” que apresentaram os melhores desempenhos, adotaram rotas divergentes em relação ao modelo prescrito por agências financeiras multilaterais como a fórmula universal do crescimento na nova ordem global – como foi o caso do Leste Asiático, principalmente os casos de Coréia do Sul e Taiwan. Em oposição a este desempenho positivo dos “divergentes”, a América Latina, região onde as reformas pró-mercado foram mais profundas, o resultado alcançado foi estagnação – quando não foi o caso de se verificar recessão – e as conseqüências de tal desempenho na estrutura social dos países. Particularmente no caso brasileiro, as medidas de ajuste, levadas a cabo durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, levantaram barreiras intransponíveis para o crescimento econômico.

¹⁵ OREIRO, 2005.

Ansiosos por uma mudança de postura por parte do poder público quanto à promoção do desenvolvimento, o empresariado industrial criou uma série de expectativas quanto à condução da política econômica por parte do governo Lula. Esperavam poder contar com uma orientação menos ortodoxa e mais ligada a interesses desenvolvimentistas, como anunciava a campanha do candidato vencedor. Uma vez empossado, o governo se viu refém das amarras impostas por um contexto internacional instável, não lhe restando alternativas a não ser continuar na mesma rota da política econômica anterior¹⁶.

A interpretação de um novo modelo de desenvolvimento para países “emergentes” no século XXI, após a “década neoliberal”, é em grande medida percebida nas interpretações de conjuntura e propostas do IEDI durante o governo Lula. A avaliação dos impactos negativos gerados pela abertura radical da economia nos anos 90 serve como base para a visão que o Instituto tem acerca do papel do Estado brasileiro na promoção do desenvolvimento.

Os modelos de Chang, Evans e Rodrick, assim como as propostas do IEDI para a atuação do Estado, estão um tanto distantes da orientação geral da política econômica do governo. Os obstáculos impostos por uma política monetária altamente restritiva, atendem a interesses que não passam despercebidos pelos estudos do Instituto. A hegemonia dos interesses financeiros no “núcleo duro” que define a política econômica (Banco Central, Ministério da Fazenda, COPOM e CMN) é vista como a principal razão para as altas taxas de juro, definição de metas de inflação, câmbio e definição de superávit.

Limitado por opções políticas que atendem a essa orientação, o estado brasileiro não exclui por completo a possibilidade de implementação de projetos de desenvolvimento, alguns deles em sintonia com os modelos aqui discutidos, e com as propostas do IEDI para “o caminho brasileiro”. No entanto, as condições reais da economia (juros altos, crédito escasso, demanda reprimida) e da estrutura do Estado (restrição orçamentária, marco regulatório) mantêm essas possibilidades à margem, só podendo se mover nos pequenos espaços deixados pela restritiva orientação monetarista.

Onde ainda há espaço para o governo atuar, é possível perceber a viabilidade de projetos de desenvolvimento, como é o caso de alguns resultados positivos dos setores selecionados como estratégicos na política industrial do governo. Esse desempenho

¹⁶ CAMPELLO, 2005.

positivo indica que a atuação política focalizada pode estabelecer diferenças significativas no padrão de crescimento econômico brasileiro.

Com a orientação adotada pelo governo, e defendida como positiva pelos industriais, a vulnerabilidade externa só se move para outro ponto. A orientação exportadora, ao negligenciar o mercado interno fica exposta aos riscos e flutuações próprios do mercado internacional. Mais do que isso, significa excluir dos cálculos de índices a serem perseguidos, variáveis que atingem diretamente a população: desemprego, renda média, consumo, ficam em segundo plano.

O cenário é extremamente adverso a projetos de desenvolvimento. Desacreditado ideologicamente e esvaziado de recursos, o “modelo brasileiro de desenvolvimento” é mais uma tentativa de reestruturação do que propriamente uma realidade concreta – e tem pela frente obstáculos solidamente constituídos na estrutura institucional vigente. Por enquanto, estão sendo exploradas algumas brechas, através de ações pontuais, pouco coordenadas e sem a devida regulamentação. Uma alternativa possível, que pode ser foco de estudos futuros, seria interpretar que tipo de coalizão poderia oferecer relações estáveis com grupos sociais que sustentariam um governo desenvolvimentista frente às pressões externas – e eventuais crises que se sucedam. Os estudos e a história recente apontam que o melhor caminho, definitivamente, não é o fortalecimento dos grupos financeiros, pouco interessados em questões ligadas ao desenvolvimento local dos países onde investem seu capital.

Bibliografia

ALMEIDA, Rodrigo de (2005) **Ao Brasil Sem Medo: A Idéia Petista de Nação Feliz**. Dissertação (mestrado) Ciência Política, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro.

ANDRADA, Leonardo Silva (2002). **Grupos de Interesse Organizado, Ação Política e Desenvolvimento**. Dissertação (mestrado) - Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.

BOSCHI, Renato Raul. (1979) **Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

BOSCHI, Renato Raul e DINIZ, Eli.(2004) **Empresários, Interesses e Mercado: Dilemas do desenvolvimento no Brasil**. Belo Horizonte ; Rio de Janeiro: Ed. UFMG ; IUPERJ.

CAMPELLO, Daniela (2005) **Democracy and Markets: When Voters and Investors Disagree**. Mimeo, Department of Political science, UCLA.

CHANG, Ha-Joon (2004) **Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**, São Paulo, Editora UNESP.

CODATO, Adriano N. (1998). **Estado militar, política econômica e representação de interesses no Brasil**. In: XVI Jornadas de Historia Económica, 1998, Quilmes – Argentina.

DELGADO, Ignácio G. (2003) **Os Empresários e o Governo Lula** Trabalho apresentado ao XXVII Encontro Anual da ANPOCS.

DINIZ, Eli. (2000) **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990**. Rio de Janeiro: FGV Ed.

EVANS, Peter (2004) **Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial**; Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

OREIRO, José L. (2005) **A Governança da Política Monetária Brasileira: Análise e proposta de mudança**. Programa de seminários em Desenvolvimento Econômico, UFPR.

RODRICK, Dani (2000) **Institutions For High-Quality Growth: What they are and how to acquire them**. Studies in Comparative International Development, 35.

_____. (2004) **Growth Strategies**. Economics working papers from Department of Economics, Johannes Kepler University Linz, Austria.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. (1982) **A Administração do "Milagre": o Conselho Monetário Nacional - 1964/1974**. Dissertação (mestrado) - Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.

WADE, Robert. (1990) **Governing The Market**. Princeton, Princeton University Press.

Documentos

IEDI (2004) – “A Política de Desenvolvimento Industrial – O que é e o que representa para o Brasil”.

_____. – “Carta IEDI”, números 32 – dezembro/2002 a 162 – julho/2005.